



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
PROGRAMA ESCOLA DA TERRA-MEC\SECADI - 2023-2024
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

DANILO DE SOUZA FARIAS

**SEMEAR CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM OLHAR
COMPREENSIVO SOBRE O FENÔMENO DO RACISMO NO ENSINO
FUNDAMENTAL EM MONTEIRO-PB**

SUMÉ - PB

2024

DANILO DE SOUZA FARIAS

**SEMEAR CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM OLHAR
COMPREENSIVO SOBRE O FENÔMENO DO RACISMO NO ENSINO
FUNDAMENTAL EM MONTEIRO-PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação
Contextualizada para a Convivência com
o Semiárido do Centro de
Desenvolvimento Sustentável do
Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista.**

Orientadora: Professora Dra. Sônia Maria Lira Ferreira.

**SUMÉ - PB
2024**



F224s Farias, Danilo de Souza.

Semear caminhos para uma educação antirracista: um olhar compreensivo sobre o fenômeno do racismo no ensino fundamental em Monteiro-PB. / Danilo de Souza Farias. - 2024.

42f.

Orientadora: Professora Dra. Sônia Maria Lira Ferreira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido.

1. Racismo. 2. Educação antirracista. 3. Intervenção pedagógica. 4. Educação para as relações étnico-raciais. 5. Monteiro-PB - ensino fundamental.
I. Título. II. Ferreira, Sônia Maria Lira

CDU: 37(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

DANILO DE SOUZA FARIAS

**SEMEAR CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM OLHAR
COMPREENSIVO SOBRE O FENÔMENO DO RACISMO NO ENSINO
FUNDAMENTAL EM MONTEIRO-PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação
Contextualizada para a Convivência com
o Semiárido do Centro de
Desenvolvimento Sustentável do
Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista.**

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Dra. Sônia Maria Lira Ferreira.
Orientadora - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Diego dos Santos Reis.
Examinador externo - Departamento de Fundamentação da Educação
PPGE/UFPB**

**Professora Dra. Aldinete Silvino de Lima.
Examinadora Interna - UAEDUC/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 22 de novembro de 2024.

SUMÉ - PB

Ao povo de dentro e de fora das escolas dos campos, dos sítios, dos assentamentos e das comunidades, pois foi a partir dos seus dizeres-fazer-saberes que venho me tornando o que sou...

As crianças e adolescentes do campo e da cidade, que me ensinaram a olhar, a escutar e a sentir a boniteza da vida e da educação...

Aos trabalhadores e trabalhadoras que fazem o CDSA funcionar, e mesmo sem serem docentes, nos ensinam cotidianamente...

A todas as pessoas, com quem pude e posso caminhar e aprender sobre a simplicidade dum bem-viver...

AGRADECIMENTOS

A todas as forças divinas e espirituais que me consagram a oportunidade de viver, de enfrentar os desafios diários.

Aos meus familiares, minha mãe Maria Vilani, ao meu pai Edivan Farias, por sempre me ensinarem o caminho da humildade, simplicidade, e não esquecer as minhas origens e o chão o qual piso; aos meus irmãos Roger e Diego, minha tia Edivanete, meu tio Ronaldo, meus primos Raíssa e Ranieri, e em especial às minhas sobrinhas Maria Liz e Sophia. E com muito carinho, minha avó Dona Iva. E *im memoriam* aos meus avós João Batista, Joaquim Cândido e Auta Etelvina.

A minha companheira Paulinha, por transcender sensibilidade, bondade, carinho e atenção, sempre do meu lado em todos os momentos.

A professora Sônia Maria Lira Ferreira, pela disponibilidade de orientar o trabalho de conclusão, por todo seu engajamento inspirador, o seu compromisso político-social da sua prática docente antirracista, gratidão por tudo.

Aos meus eternos amigos da Universidade, Diego Kehrle, e Maicon Catingueiro, apesar da distância geográfica, mantivemos um elo espiritual de sonhos utópicos, e conversas intermináveis.

A todos que compõem a Escola Municipal de Ensino Fundamental Tiradentes, a Rejane Ferreira na posição de gestora escolar, Socorro Caldeira na condição de coordenadora pedagógica, sempre atenciosas e dispostas em ajudar no bom funcionamento da instituição. Aos colegas professores(as), Ozeildo, Dona Gecilda, Miriam, Tadeu, Cláudio, Patrícia Rocha, Robervan, Patrícia Brito, Kleber, Érika, Benícia, Evanice, Gecira Rodrigues, e Euribério, pela convivência harmoniosa que foi construída. As cuidadoras educacionais que primam pelo acompanhamento pedagógico dos estudantes com deficiência, Janiele, e Aldenice. E de forma especial aos estudantes que tive a oportunidade de ensinar e aprender durante minha passagem pela escola.

Aos estudantes da Licenciatura em Matemática, e Licenciatura em Letras Espanhol da Universidade Estadual da Paraíba, campus VI, Pinto do Monteiro (CCHE-Monteiro-PB), a qual tenho me comprometido em contribuir para formação destes profissionais, enquanto professor substituto dos componentes curriculares pedagógicos desta instituição.

A Unidade Acadêmica de Educação do Campo (UAEDUC), por oportunizar o curso de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido para profissionais da em educação, majoritariamente oriundos do Cariri Paraibano, na pessoa de Nahum enquanto

coordenador de curso, dos(as) professores(as), Faustino Teatino, Aldinete Silvino, Felipe Gervásio, Fabiano Custódio, Isaac Alexandre, Rafael Barros, Bruno Roldão, Erivan Silva, Irelânio Ataíde, Carolina Sá, por tudo muito obrigado.

Agradecimentos especiais à professora Maria do Socorro Silva, e Denise Xavier Torres, minhas grandes referências da Educação do Campo, tenho orgulho de ter sido aluno destas duas mulheres potentes a quem admiro e respeito.

Aos colegas estudantes da Especialização, pela experiência enriquecedora de debater sobre várias temáticas a partir de diferentes vieses devido às formações abrangentes dos cursistas: Viviane, Patrick, Ivanilson, Tamires, Shirley, Teresa, Lenir, Rejane, Aline, Jéssica Micaele, Ednilton, e em especial meu grande amigo Tiago Vasconcelos, um grande incentivador de longas datas.

Aos tutores, e tutoras do curso, que nos auxiliaram, sempre dispostos(as) a ajudar da melhor forma possível, ao poeta Lourielson Mota, minha grande amiga Rose Soares, a qual tenho grande estima, e Alisson Clauber por representar umaa. Por tudo muito obrigado!

EPIÍGRAFE

Os desafios no “chão da escola” são inúmeros, e ao mesmo tempo tem suas “bonitezas” assim como sugere Paulo Freire; talvez o conceito marxista de contradição nos ajude a compreender esse movimento na sua complexidade, assim como se dão as relações dialógicas construídas no ambiente escola; durante a minha formação docente na Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO), muitos professores nos advertiram que estávamos sendo formados para um modelo de escola que ainda não existia. Confesso que isso me deixava muito apreensivo, mas, sentia-me encorajado em assumir esse compromisso profissional, político e sobretudo humano, cabendo-nos efetivar um modelo de escola diferente do que a classe hegemônica nos propõe historicamente.

As tensões curriculares na atualidade, as reformas educacionais segmentadas em uma gestão burocrática com o foco em resultados, metas, formação rasa e técnica com base na classificação dos estudantes, entre outros aspectos, vem reduzindo o trabalho docente em apenas ensinar conteúdos, Paulo Freire em suas obras chama isso de educação bancária. Qual o prejuízo dessas políticas educacionais? Quem realmente sai perdendo com tudo isso? Qual deveria ser o papel da escola frente a essas reformas educacionais que dificultam a autonomia e a gestão democrática?

Apesar desses questionamentos não exercerem centralidade em nosso texto, não poderíamos refletir sobre o atual contexto que se encontra a educação pública brasileira; apenas o esforço e mobilização coletiva, sobretudo da classe docente, podemos reverter os rumos que a educação pública tem tomado.

Assim como toda produção acadêmica temos objetivos bem delineados, de socializar os conhecimentos históricos, relatar as vivências experimentadas nas aulas de História, sem abrir mão do rigor científico, e mais importante, que este texto possa ser compreendido inclusive pelos estudantes que me conduziram à possibilidade de construir caminhos para uma educação antirracista.

Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.

Paulo Freire

RESUMO

O trabalho monográfico intitulado: **SEMEAR CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM OLHAR COMPREENSIVO SOBRE O FENÔMENO DO RACISMO NO ENSINO FUNDAMENTAL EM MONTEIRO-PB**, tem como objetivo central: Compreender como o fenômeno do racismo estrutural se mostra no contexto do processo ensino-aprendizagem no ensino fundamental e os direcionamentos que podem ser constituídos para o seu enfrentamento no chão da escola. Trazemos como objetivos específicos da pesquisa: a) apresentar as bases epistemológicas do racismo estrutural mediatizado pelo mito da democracia racial; b) investigar na prática no currículo escolar os traços demarcadores do racismo estrutural; e c) Perceber as potencialidades das ações afirmativas que podem ser implementadas pela escola no combate ao racismo estrutural no processo ensino-aprendizagem na perspectiva da educação antirracista. Resultando nas seguintes problematizações: Quais são as manifestações do racismo estrutural na prática docente do 7º ano do ensino fundamental e como podemos implementar ações afirmativas para combatê-lo? Neste sentido, para possibilitar um olhar compreensivo sobre o fenômeno do racismo no contexto escolar, recorreremos a fenomenologia, buscando desvencilhar-se de explicações de causa-efeito vertiginoso, leis universais, cabendo-lhe analisar interpretações vividas em uma determinada realidade, apoiado numa abordagem qualitativa. A socialização desta experiência foi desenvolvida durante o ano letivo de 2023, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tiradentes, localizada no município de Monteiro-PB, contando com a participação dos estudantes dos 7º anos. Destacamos que a partir de um conjunto de ações na educação, podemos contribuir para a desnaturalização do preconceito racial na escola, destacamos ainda, a potencialidade de intervenções pedagógicas que repensam o espaço curricular em prol de justiça social, e ao mesmo tempo efetivar as legislações educacionais que preconizam o reconhecimento e respeito às nossas origens africana.

Palavras-chave: racismo; Educação para as relações étnico raciais; intervenção pedagógica.

RESUMEN

El trabajo monográfico titulado: **SEMBRANDO CAMINOS HACIA UNA EDUCACIÓN ANTIRACISTA: UNA MIRADA INTEGRAL AL FENÓMENO DEL RACISMO EN LA ESCUELA PRIMARIA DE MONTEIRO-PB**, tiene como objetivo central:

Comprender cómo se presenta el fenómeno del racismo estructural en el contexto de la enseñanza. -El proceso de aprendizaje en la educación primaria y los rumbos que se pueden crear para afrontarlo en el ámbito escolar. Los objetivos específicos de la investigación son:

a) presentar las bases epistemológicas del racismo estructural mediado por el mito de la democracia racial; b) investigar en la práctica las características definitorias del racismo estructural en el currículo escolar; y c) Darse cuenta del potencial de las acciones afirmativas que puede implementar la escuela para combatir el racismo estructural en el proceso de enseñanza-aprendizaje desde la perspectiva de la educación antirracista. Dando como resultado las siguientes problematizaciones: ¿Cuáles son las manifestaciones del racismo estructural en la práctica docente en el 7º año de la escuela primaria y cómo podemos implementar acciones afirmativas para combatirlo? En este sentido, para posibilitar una mirada integral al fenómeno del racismo en el contexto escolar, recurrimos a la fenomenología, buscando liberarnos de explicaciones vertiginosas de causa-efecto, leyes universales y análisis de interpretaciones vividos en una realidad determinada, sustentada en un enfoque cualitativo. La socialización de esta experiencia se desarrolló durante el año escolar 2023, en la Escola Municipal de Ensino Fundamental Tiradentes, ubicada en el municipio de Monteiro-PB, con la participación de estudiantes de 7º año. Destacamos que, a partir de un conjunto de acciones en educación, podemos contribuir a la desnaturalización de los prejuicios raciales en las escuelas. También destacamos el potencial de intervenciones pedagógicas que repiensen el espacio curricular a favor de la justicia social, y al mismo tiempo implementen legislación educativa que propugne el reconocimiento y el respeto a nuestros orígenes africanos.

Palabras-clave: racismo; Educación para las relaciones étnico-raciales; intervención pedagógica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Representação territorial do Cariri Paraibano.....	23
Imagem 1 -	Fachada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tiradentes, 2022....	23
Imagem 2 -	Cartazes produzido pelos estudantes do 7º ano a partir da intervenção pedagógica.....	35
Quadro 1 -	Documentos e Ementas.....	20
Quadro 2 -	Levantamento dos capítulos permeado pelo debate do racismo.....	31

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CDSA - Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ECSAB - Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido Brasileiro

EMEFT - Escola Municipal de Ensino Fundamental Tiradentes

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LECAMPO - Licenciatura em Educação do Campo

NUPERFORP - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo, Formação de Professores(as) e Prática Pedagógica

PIBID DIVERSIDADE - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PPP- Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CAMINHO METODOLÓGICO.....	16
2.1	PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	18
2.2	SUJEITOS ENVOLVIDOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	21
2.3	LOCAL DO DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA DE ENSINO.....	22
2.4	URGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.....	24
3	A RELAÇÃO ENTRE O RACISMO ESTRUTURAL E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL.....	26
4	CONSTRUINDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL TIRADENTES.....	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS.....	38
	ANEXO.....	40

1 INTRODUÇÃO

O presente texto de conclusão do curso da Especialização em Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido Brasileiro (ECSAB), vinculado a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) campus Sumé-PB. O foco da nossa investigação esteve empenhada em analisar e refletir sobre os discursos discriminatórios raciais empreendidos em sala de aula, especificamente na educação básica, e pensar qual deve ser o papel docente na mediação do trabalho pedagógico.

A motivação para escrita desse trabalho parte de duas dimensões que indissociáveis: *teoria e prática*, a primeira dimensão surge a partir da minha formação na Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO), podemos mencionar a participação no PIBID DIVERSIDADE (Programa de Iniciação a Docência), a participação em Projetos e Programas de Extensão Universitária, os próprios componentes curriculares cursados ao longo da graduação, possibilitando uma compreensão multifacetada da realidade, em especial a escolar.

Ainda neste campo teórico formativo destaco minha participação no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo, Formação de Professores(as) e Prática Pedagógica (NUPERFORP), imprescindível para continuidade na formação acadêmica na Pós-Graduação posteriormente.

No aspecto prático, parte da minha experiência enquanto professor na educação básica, no município de Monteiro-PB, entre o ano de 2023, até início de 2024, nesse cenário várias inquietações vem à tona, estar diante de problemas de dimensões sociais em âmbito escolar, talvez daí surja tantas crises de identidade nos(as) professores(as) na contemporaneidade, na concepção tradicional na formação de professores está centrada na transposição dos conteúdos, assim como a educação bancária propõe. Freire (1987, p. 38) “Na concepção “bancária” que estamos criticando, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação”.

Para Arroyo (2011) durante o exercício da profissão docente podemos nos deparar com situações causadoras de conflagração, ou seja, o contexto encontrado no chão da escola de crianças e adolescentes em condições desumanizadoras: fome, violência familiar, abuso sexual, ansiedade, depressão, entre outras adversidades, culminando numa problemática central do “desinteresse” por parte dos estudantes, por consequência, indiferença na classe docente.

Na prática docente, enquanto professor de História, percebi em sala de aula aquilo que socialmente podemos enxergar a olho nu, o preconceito racial. Sabendo do desafio que

precisamos percorrer para romper com esse paradigma, utilizando-se do diálogo e confronto com o contraditório, tentamos refletir de forma coletiva (relação professor/aluno) sobre essa dimensão geradora de desigualdades sociais com a população negra.

Podemos considerar que o racismo é uma das grandes “heranças” coloniais, que por volta do século XVI os europeus chegaram ao que conhecemos hoje por “América”, desencadeando uma relação de poder massacradora, inicialmente com os povos originários, posteriormente com a população africana escravizada. Todo o contexto da exploração humana, e extermínio foi justificado por esses grupos sociais possuir o fenótipo da cor da pele negra, todo cenário mencionado sendo amplamente apoiado pela igreja católica, principal força religiosa nesse momento histórico. Nesse contexto, ao longo dos anos foi se constituindo relações de desigualdades sociais entre pessoas brancas e pessoas pretas, culminando no que conhecemos atualmente no racismo estrutural ou racismo institucional como vamos ver mais adiante.

A visão eurocêntrica dos colonizadores, considerava que o modo de vida dos povos explorados, eram inferiores, para eles tratava-se de um grupo de pessoas que não possuía cultura, (sem fé, sem lei, sem rei), essas relações de poder inicia-se com a imposição do trabalho compulsório, chegando ao extermínio das populações indígenas, e população africana escravizada que resistiram à escravatura. As riquezas encontradas na América deveriam ser conduzidas para Portugal, com o objetivo do enriquecimento da coroa portuguesa, para muitos estudiosos trata-se de um dos maiores extermínios que a humanidade já presenciou, deixando feridas que até hoje não foram cicatrizadas.

Apesar da existência de marcos normativos que preconizam o combatem o racismo, e a valorização da cultura afrobrasileira, inclusive na educação escolar, como por exemplo, a lei 10.649 de 9 de janeiro de 2003, que institui “as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", percebemos que devemos cobrar das instituições escolares, e universitárias, em especial dos cursos de licenciaturas, um compromisso político-social para efetivação desta lei.

Os espaços escolares podem e devem contribuir para a consolidação de uma educação antiracista, Hooks (2021, p. 65) “Como educadores democráticos, temos de trabalhar para encontrar maneiras de ensinar e compartilhar conhecimento de modo a não reforçar estruturas existentes de dominação (aquelas hierarquias de raça, gênero, classe e religião)”. A utilização destes dispositivos, mantêm o *status quo* da nossa sociedade, legítima poderes hegemônicos de

determinados grupos sociais mais privilegiados historicamente. Enquanto classe docente devemos nos perguntar: A quem serve o currículo escolar? A medida em que a escola pode contribuir para a emancipação destes sujeitos, por outro lado, pode contribuir para adaptá-los para aceitar as estruturas de dominação, assim como o racismo.

Não podemos olhar para os fatos históricos e simplesmente ignorá-los, o racismo tem raízes profundas no processo de colonização, essas questões mencionadas anteriormente exigem-se de nós profissionais da educação uma leitura crítica, epistemológica da realidade, um dos caminhos para essa superação dos preconceitos raciais se dá na informação/formação dos nossos estudantes nos ambientes escolares.

Diante do exposto, a minha experiência enquanto professor temporário de História¹ na educação básica, no município de Monteiro-PB, especificamente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tiradentes (EMEFT), entre os anos 2023/2024 tive a oportunidade de realizar uma série de discussões no ambiente escolar envolvendo os aspectos sociais do colonialismo, incluindo as questões étnicas-raciais, através das aulas expositivas dialogadas, realização de seminários, conversas informais, atividades alusivas ao novembro negro, essas dinâmicas promoveu um amplo debate político social no ambiente educacional, o que na minha percepção caracteriza-se um caminho construído para o combate ao racismo na escola.

Assim como propõe o título deste trabalho, o ato de “semear”, significa trazer esperança de uma colheita profícua, o caminho para uma educação antirracista, está direcionada a uma prática educativa comprometida com essa causa, o esforço realizado para que as pessoas envolvidas nessa prática pedagógica, pudessem perceber que o racismo é parte de um processo social doloroso, indigesto, paradigmaticamente deve ser rompido.

Diantes de tantas temáticas discutidas ao longo da especialização ressalta-se refletirmos sobre a prática docente, o diálogo entre a teoria e prática, o que muitos estudiosos, a exemplo de Paulo Freire denominam-se como *práxis*, ou seja, pensar, agir, que implica no planejamento docente intermediado por concepções políticas, sociais, entre outros fatores importante na formação de professores, construindo mudanças possíveis dentro de um determinado contexto.

No que se refere às problematizações da nossa experiência consideramos de relevância o seguinte aspecto: “o verdadeiro problema não se identifica com o “não saber”, ele se apresenta com o obstáculo, dificuldade, conflito, dúvida, crise para o qual não se tem resposta pronta”

¹ Apesar de ter assumido atividade docente de um componente curricular disciplinar, na minha formação superior se deu de maneira interdisciplinar, sendo necessário dialogar com as demais áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais.

(Sánchez Gamboa, 2013, p. 107). As nossas indagações motrizes partem de um contexto específico, a sala de aula. Neste sentido, se faz pertinente indagarmos a seguinte questão: O que se mostra enquanto fenômeno do racismo estrutural nas práticas docentes das/dos educadoras/educadores nas salas de aula do ensino fundamental da escola nas turmas do 7º ano e quais as possíveis ações afirmativas que podem ser apontadas para a sua superação? Nossa investigação tem como **objetivo geral**: Compreender como o fenômeno do racismo estrutural se mostra no contexto do processo ensino-aprendizagem no ensino fundamental e os direcionamentos que podem ser constituídos para o seu enfrentamento no chão da escola. Desdobramos nossos **objetivos específicos** nas seguintes dimensões: a) apresentar as bases epistemológicas do racismo estrutural mediatizado pelo mito da democracia racial; b) Investigar na prática docente os traços demarcadores do racismo estrutural; c) Perceber as potencialidades das ações afirmativas que podem serem implementadas pela escola no combate ao racismo estrutural no processo ensino-aprendizagem na perspectiva da educação antirracista nas turmas do 7º ano do ensino fundamental.

Enquanto professor-pesquisador percebo a relevância dessa temática no papel político social na formação dos nossos estudantes, ao mesmo tempo nos nutrimos e ao mesmo tempo nos formamos dos diálogos construídos ao longo dessa experiência, fazer parte de um trabalho orgânico é um dos maiores retornos que podemos obter, o reconhecimento por parte dos estudantes mantém nossa esperança da possibilidade de uma sociedade mais humana, justa, num lugar em que as pessoas pensem de forma coletiva, com menos preconceito racial.

Penso que o nosso trabalho contribui inicialmente no debate acadêmico na perspectiva de dar visibilidades às práticas educativas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito escolar, um importante espaço de produção de conhecimento às vezes invisibilizado, não sendo tratado com tanta pertinência por algumas teorias. Em segundo aspecto, nas últimas décadas a temática da racialidade tem ganhado notoriedade nas discussões no campo das tendências didático-curriculares, analisar esse fenômeno em um contexto local, ajuda a compreender as determinações e possibilidades de combate ao racismo.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

Cabe destacar que nossa produção textual busca estabelecer o rigor científico para atingir os requisitos necessários de uma pesquisa acadêmica, sem desvincular do comprometimento com a produção de conhecimento voltada para emancipação dos povos, daqueles historicamente excluídos, ocultados, das formas de ser, pensar, agir, sentir, (re)existir. Trata-se então de refletir a realidade de forma objetiva com interpretações já sistematizadas, mas também de produzir outros sentidos e outras interpretações, quem sabe transformar realidades.

Para realização deste trabalho recorreremos ao método *fenomenológico*, também conhecido como a *fenomenologia*, tendo como precursor Edmund Husserl (1859-1938); trata-se de um método que vem sendo amplamente utilizado nas investigações das Ciências Humanas e Sociais, tendo por objetivo desvelar a essência dos objetos pesquisados, buscando se desvencilhar de explicações de causa-efeito vertiginoso, leis universais, cabendo-lhe analisar interpretações vividas em uma determinada realidade.

Para melhor compreensão convém retratar a diferenciação entre a questão do fenômeno, e a fenomenologia enquanto método. Enquanto o fenômeno é resultado de um processo consciente estabelecida de forma indissociável entre a seguinte tríade: intencionalidade, indivíduo e objeto, Martins, Boemer e Ferraz (1990, p. 141) caracteriza que o fenômeno:

É aquilo que surge para uma consciência, o que se manifesta para essa consciência, como resultado de uma interrogação. Do grego "phainomenon" significa discurso esclarecedor a respeito daquilo que se mostra para o sujeito interrogador. Do verbo "phainesthai" como mostrar-se, desvelar-se. Fenômeno é, então, tudo o que se mostra, se manifesta, se desvela ao sujeito que o interroga.

A partir desta compreensão, consideramos que o racismo (enquanto fenômeno) é a produção de um discurso, constituído por sujeitos sociais, no qual é atribuído um valor simbólico, enfatizando que o racismo não é uma característica natural das pessoas, mas sim, uma construção social. É através das interações sociais, das instituições e das representações culturais que o racismo se perpetua.

Em nosso trabalho a fenomenologia na categoria metodológica nos ajudou a compreender a representação do racismo no contexto da sala de aula, as percepções, os diálogos, a produção de sentidos, através das aulas expositivas, conversas informais, o envolvimento em

atividades que nos fizeram refletir, pensar, desnaturalizar, sobre algumas narrativas preconceituosas em torno do senso-comum, a respeito da questão racial.

A fenomenologia proposta por Husserl é uma volta ao mundo da experiência, pois este é o fundamento de todas as ciências. Essa volta ao mundo vivido, termo introduzido por Husserl, rompe definitivamente com a pretensão de uma epistemologia das ciências humanas fundada a partir do modelo das ciências naturais: antes da realidade objetiva há um sujeito conhecedor, antes da objetividade há o horizonte do mundo e antes do sujeito da teoria do conhecimento, há uma vida "operante" (Martins, Boemer e Ferraz (1990, p. 141).

Conforme mencionado, a objetividade nos impede de percebermos o que está nas entrelinhas, das nossas vivências, das experiências com o mundo inteligível, estas, forjadas partir das individualidades, e coletividades; a compreensão dos fenômenos sociais de forma epistemológica trata-se de colocá-los em "suspensão", em busca da essência daquilo que a "consciência permite ver". A fenomenologia nos convida a mergulhar nas profundezas da experiência do racismo, a desvendar as nuances da consciência que se confronta com a discriminação.

A nossa produção textual se apoia na **abordagem qualitativa** que segundo Lüdke e André (1986, p.13), "envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes". Um dos aspectos importantes nessa abordagem é a possibilidade de uma exploração profunda das experiências subjetivas das pessoas, como emoções, percepções e motivações, proporcionando uma visão mais holística e empática dos fenômenos estudados. Tendo em vista a temática abordada neste trabalho, a nossa prática pedagógica estava centrada nas interações produzidas no "chão da escola", trata-se intervir na realidade a partir rodas de conversas, diálogos informais, atividades que estimulem a reflexão, utilizar de fatos históricos fazendo que os estudantes repensem a forma como habitualmente reproduzem falas preconceituosas.

Ainda sobre a abordagem qualitativa ressalta-se o seguintes apontamentos:

...O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. Citações são frequentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista. Todos os dados da realidade são considerados importantes. O pesquisador deve, assim, atentar para o maior número possível de elementos presentes na situação estudada, pois um aspecto supostamente trivial pode ser essencial para a melhor compreensão do problema que está sendo estudado (Lüdke e André, 1986, p. 12).

A escola por sua natureza é um laboratório social vivido, constituído de várias simbologias, representações, valores, entre outros aspectos, não podemos desconsiderar tudo aquilo que os estudantes produzem em sala de aula, desde um simples desenho, expressões verbais, atitudes, podem manifestar ou reforçar preconceitos de todas as proporções: raciais, homofóbicos, sexistas, ou até mesmo corroborar com os padrões de vida eurocêntricos. Desta forma podemos reconhecer a potência que abordagem qualitativa pode nos oferecer, enquanto profissionais da educação nesse processo de intermediação na construção do conhecimento.

Nossa investigação tem um caráter eminente de desnaturalizar o preconceito racial entre os estudantes na educação básica em nosso contexto local, a sala de aula; adultos e crianças tendem a considerar atitudes racistas como uma “brincadeira” sem perceber as implicações históricas, sociais e culturais, entre outros fatores culmina em marcas não cicatrizadas desde da formação do nosso país, e em outros lugares do mundo onde a colonização se fez presente.

2.1 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

O procedimento metodológico refere-se às técnicas que utilizamos para analisar os dados coletados ao longo da experiência de ensino sistematizada. Adotamos dois procedimentos que nos auxiliam a atingir os objetivos determinados.

a) pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é um procedimento comumente utilizado no meio acadêmico, possibilita a compreensão de fenômenos a partir de dados secundários, informações que foram sistematizadas. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44).

A pesquisa bibliográfica é uma metodologia essencial para o desenvolvimento de uma compreensão aprofundada e contextualizada de qualquer área de estudo. Sua capacidade de fornecer uma base teórica sólida, identificar lacunas de conhecimento e integrar informações de múltiplas fontes a torna indispensável para pesquisadores de todos os campos. Sobre as vantagens na utilização deste método podemos afirmar que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas... (Gil, 2002, p. 45).

Na atualidade dados secundários, informações diversas, produções científicas têm ganhado maior visibilidade a partir das tecnologias digitais, o uso plataformas acadêmicas, revistas digitais, *ebooks* entre outras formas garantem o acesso, mas também a democratização do conhecimento. Neste sentido, é essencial repensarmos as potencialidades que podem ser extraídas a partir de produções disponíveis de forma livre a partir das iniciativas das Universidades públicas, que desempenham um importante papel na disseminação do conhecimento.

Desta maneira o levantamento bibliográfico desempenha um papel de relevância na medida em que a prática pedagógica desenvolvida em âmbito escolar apoia-se em conceitos e definições já sistematizadas, cabendo-lhe fazer reflexões, interpretações de acordo com que foi observado no chão da escola.

b) análise documental

Esse procedimento tem como objetivo examinar documentos que possuam autenticidade comprovada, sejam eles contemporâneos ou históricos. A análise documental é amplamente empregada nas ciências humanas para investigar e compreender fenômenos sociais.

Iremos dialogar a luz das principais políticas educacionais, marcos normativos, asseguram a institucionalização e a proteção legal contra discriminação e racismo nas instituições educacionais. Ao promover uma educação antirracista, os marcos normativos contribuem para a redução das desigualdades sociais e raciais. Eles atuam como ferramentas reguladoras da transformação social, preparando as futuras gerações para construir uma sociedade mais justa e equânime. A educação, guiada por princípios antirracistas, pode desempenhar um papel crucial na desconstrução de preconceitos e na promoção da igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

Quadro 1- Documentos e Ementas

Documento	Ementa
LEI Nº 10.639 DE 09 DE JANEIRO DE 2003	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira", e dá outras providências.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).	O Plano Nacional objetiva a implementação e a efetivação das diretrizes curriculares que visam promover a igualdade étnico-racial no sistema educacional brasileiro. Ele busca assegurar que os conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana sejam incluídos de forma sistemática e integrada nos currículos escolares, desde a educação infantil até o ensino superior. Este plano estabelece ações e estratégias para a formação de professores, desenvolvimento de materiais didáticos, revisão curricular, e criação de políticas e programas que incentivem uma educação que respeite e valorize a diversidade étnico-racial.
DECRETO Nº 6.872 DE 04 DE JUNHO DE 2009	Institui o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.
Plano Estadual de Promoção à Igualdade Racial- PlanePIR (2021).	O PlanePIR objetiva ser um instrumento de gestão pública, catalizador de políticas de Estado com foco na promoção da igualdade étnico-racial, promovendo o enfrentamento às desigualdades resultantes do racismo e da intolerância religiosa na Paraíba.
Política Nacional de Equidade, Educação para as relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (2024).	Política pública cujo objetivo é implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola.

Fonte: Sistematizado pelo autor, 2024.

Os estudos realizados nas últimas décadas, pressupõe a discussão do combate ao racismo a partir de políticas educacionais específicas para população negra, indígena e quilombola. Medidas que viabiliza o acesso e permanência dessas populações aos espaços escolares em todos níveis de ensino, trata-se de uma dívida histórica ainda não superada, os resquícios históricos dificulta o rompimento de costumes coloniais no caminho de uma sociedade mais igualitária.

Levando em consideração as diversas faces da manifestação do racismo em nossa sociedade, exige-se de nós profissionais da educação a compreensão dessas políticas educacionais para que em nossos ambientes de trabalho possamos contribuir para desnaturalizar essa prática colonial que perdura até os dias atuais. Devemos também criar a cultura que a discussão sobre o racismo não compete somente às áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, mas, de todas as pessoas que consideram o preconceito racial um ato criminoso, condenatório, desvinculado da realidade histórica, devendo ser combatido veementemente.

Neste sentido, cabe compreendermos, razoavelmente, o que essas políticas educacionais avançam em termos práticos no combate ao preconceito racial, das condições de acesso e permanência de pessoas pretas nos espaços escolares, e nas concepções curriculares de ensino.

c) pesquisa-intervenção

Torna-se imprescindível intervir numa realidade que necessita de modificações, ou pelo menos ser repensada, realizamos algumas atividades que pudessem refletir sobre o agir e pensar dos estudantes do 7º ano, em relação ao racismo. Rocha (2003, p. 71) “Na pesquisa-intervenção, não visamos à mudança imediata da ação instituída, pois a mudança é consequência da produção de uma outra relação entre teoria e prática, assim como entre sujeito e objeto”. Neste sentido, preserva-se o valor simbólico, aquilo que é parte subjetiva entre sujeito/fenômeno, seria muita pretensão a mudança imediata do preconceito racial nas turmas citadas, o que reiteradamente é um processo gradual, subordinando-se às demais áreas da sociedade, para além da escola.

2.2 SUJEITOS ENVOLVIDOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A prática pedagógica mencionada neste texto contou com a participação dos estudantes da educação básica da EMEFT, especificamente das turmas de 7º ano (A e B), durante as aulas de história no ano de 2023. Um dos elementos caracterizam a pesquisa qualitativa está na

representação de significados aos fatos, narrativas, experienciados pelos sujeitos envolvidos na investigação, consideramos que:

O "significado" que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. Nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar a "perspectiva dos participantes", isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas. Ao considerar os diferentes pontos de vista dos participantes, os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo (Lüdke e André 1986, p. 12).

Os significados atribuídos individualmente, e coletivamente, pressupõem a análise das diferentes narrativas no contexto da sala de aula. Apesar do debate sobre o racismo sempre fazer parte deste componente curricular em todas as turmas, nessas de forma especial os conteúdos dos livros didáticos discutem com ênfase o processo de ocupação nos territórios que chamamos atualmente de América. Esse fato possibilitou uma maior profundidade a discussão sobre vários fatos históricos relativos a escravidão, comitadamente o racismo.

A faixa etária dos estudantes das turmas naquele contexto varia entre 12 e 13 anos, considerados jovens pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

2.3 LOCAL DO DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA DE ENSINO

A EMEFT situa-se no município de Monteiro, Paraíba. Localizada na Microrregião do Cariri Ocidental, a 319 km de João Pessoa (IBGE). A priori, em 1992 a escola Tiradentes funcionava em parceria entre a 8ª CIA de Polícia Militar do cariri e a então gestão municipal daquele momento, posteriormente em 1997 houve o processo de municipalização, a partir de então a escola compôs uma das instituições sob responsabilidade do sistema municipal de educação. Atualmente a escola recebe estudantes a partir dos seguintes níveis de ensino: Fundamental I, funcionando no período diurno e Fundamental II no período vespertino; contando com aproximadamente 566 estudantes. Todas as informações aqui citadas foram extraídas do Projeto Político Pedagógico (PPP) fornecido pela instituição de ensino.

Imagem 1 - Fachada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tiradentes, 2022.



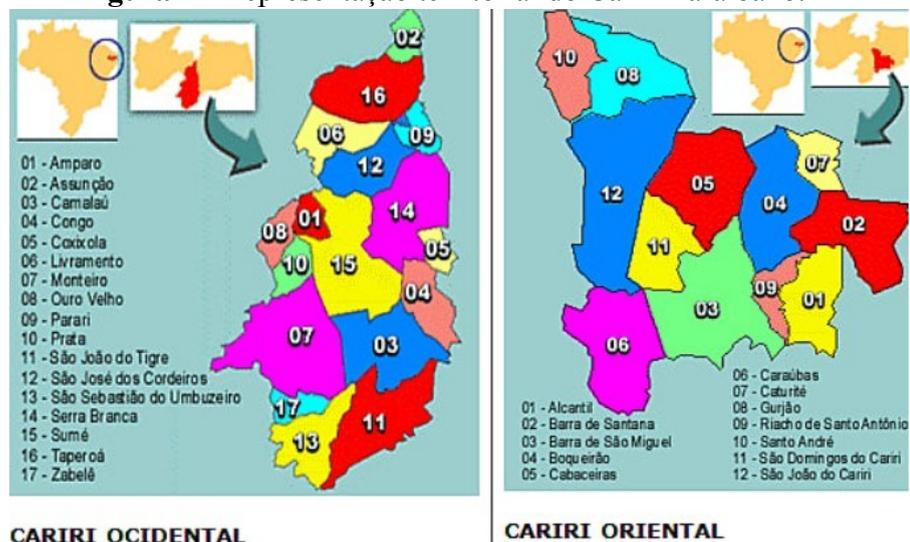
Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=579613457189353&set=pb.100054221122020.-2207520000&locale=kw TR>

A EMEFT recebe um número considerável de estudantes dos bairros centrais de Monteiro, bem como, de estudantes de origem campesina, caracterizando como grande especificidade de muitas escolas localizadas nas sedes dos municípios do nosso país. É importante enquanto profissionais da educação reconhecer as diferenças culturais para viabilização de currículo que abranja os valores étnicos das populações diversas brasileiras.

Geograficamente Monteiro estabelece seus limites com os seguintes municípios: ao Norte com o município de Prata (PB); Oeste, com Sertânia, Igaraci e Tuparetama (PE); ao Sul, com São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê (PB); e, ao Leste, com Camalaú e Sumé (PB).

A figura seguir evidencia-se os 29 municípios que compõe a região do Cariri Paraibano.

Figura 1 - Representação territorial do Cariri Paraibano.



Fonte: <https://www.brasilefatopb.com.br/2021/01/22/historia-publica-narrativas-afro-atlanticas-janeiro-2021>

Monteiro-PB, é considerado o município mais importante do Cariri Paraibano, dados do IBGE estima uma população em torno de 33.000 habitantes; além de ter a maior dimensão territorial com: 992,620 km². Possui o desenvolvimento econômico baseado na produção de gêneros vinculados à agricultura familiar de subsistência, exerce também referência no fornecimento de serviços que atendem majoritariamente os municípios da região caririzeira.

2.4 URGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Ao longo da especialização tivemos como tema central da nossa especialização o debate da Educação Contextualizada para convivência com o semiárido, segundo dados do IBGE o clima semiárido abrange 1.477 municípios do Nordeste brasileiro, e parte do norte de Minas Gerais. “É comum neste território a ocorrência de estiagens, vistas aqui como secas, que não deviam ser consideradas como o principal problema da Região, uma vez que existem regiões semi-áridas no mundo cujas precipitações são inferiores às do nosso” (Braga, 2004, p. 27). Durante um bom tempo as políticas públicas em nosso país defendiam que a seca deveria ser combatida, o esforço coletivo dos Movimentos Sociais lutou para fossem pensadas e efetivadas estratégias de convivência com o clima semiárido.

Sabemos que o Nordeste brasileiro, incluindo a região semiárida, é marcada por desigualdade sociais, ausência histórica de políticas públicas, traços coloniais como o clientelismo, patrimonialismo, entre outros aspectos, sendo necessário um projeto educativo que viabilize romper com os paradigmas supracitados, valorizando os conhecimentos populares, nessa perspectiva os movimentos sociais populares, elaborou princípios para uma Educação Contextualizada, Sendo assim:

Neste contexto, as entidades e os movimentos sociais que atuam no SAB lutam por uma “Educação Contextualizada”, uma proposta de Educação ancorada na realidade e nas práticas dos povos do semiárido, com metodologias, conteúdos, currículos, educadores e educadoras, didáticas e estruturas apropriados à Região, levando em conta suas potencialidades socioculturais, econômicas e ambientais. Assumir este desafio é lutar para que o pedagógico transforme o político; e o político, o pedagógico (BRAGA, 2004, p. 26).

É urgente pensar em um currículo específico, tendo como ponto de partida o chão da escola, pensar as nuances políticas, as relações de poder estabelecidas em nossos lugares, realizar a leitura do mundo a partir nossos territórios, vincular a educação como um princípio

político, são algumas das contribuições da Educação Contextualizada para Convivência como o Semiárido.

Diante dessas questões é imprescindível pensar em nossas práticas escolares formas de intervir nessa realidade, Braga (2004, p. 40) afirma que: “[...] o processo educativo contextualizado implica uma metodologia de intervenção social que supõe um modo de conceber, aprender ressignificar a realidade para nela atuar, visando a transformá-la”, essa concepção esteve presente em boa parte das discussões na especialização, buscar formas, caminhos de efetivar uma educação com foco nos princípios, valores, aspectos culturais.

A Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido se insere nos princípios educativos contra-hegemônicos, pode e deve ser ponto de partida para as discussões étnico raciais, afinal, que semiárido queremos? Enquanto professor acredito que podemos travar lutas em nossos locais de atuação, discutir e problematizar o racismo, desnaturalizando uma série de termos preconceituosos pronunciados em tom de humor. Queremos viver e conviver no semiárido ou em qualquer lugar do mundo livre do preconceito racial, promover justiça para com aqueles(as) que historicamente foram tratados com diferenças.

3 A RELAÇÃO ENTRE O RACISMO ESTRUTURAL E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Podemos definir o racismo enquanto uma ação preconceituosa que parte da subjugação da existência de uma “raça” melhor que outra em decorrência da cor da pele, este teria sido o principal critério para justificar a escravidão a partir século XVI com o processo de colonização da América. Nos registros históricos podemos perceber que a colonização resultou num processo não apenas de violência e castigos físicos, ou trabalho compulsório, instrumentos que legitimava as relações de poder e preponderância dos brancos sobre a população preta. No aspecto simbólico era necessário desconsiderar as formas de representar/perceber o mundo, conhecimentos passados de uma geração para outra, valores, crenças, não por acaso durante muito tempo a ciência moderna realizou investigações ressaltando que a pessoa branca tinha mais capacidade cognitiva do que uma pessoa negra pelo tamanho do crânio. Seria essa a narrativa da origem do pensamento racista? Até que ponto a produção científica moderna refletiu mediante a tantos equívocos históricos? Como a escola pode ser a ponte construtora para romper essas assimetrias epistêmicas do conhecimento?

É urgente que reconheçamos o fenômeno do racismo pela produção dos conhecimentos historicamente acumulados, existem aqueles considerado como válidos, ou mais relevantes, aqueles geograficamente constituídos pelos europeus, em detrimento daqueles que devem ser desconsiderados, invisibilizados, excluídos, marginalizados, ocultados das narrativas diversas de interpretação e concepção do mundo, Sendo assim Sueli Carneiro define da seguinte maneira essa relação entre o racismo e a produção do conhecimento:

O racismo, enquanto pseudociência, busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e a reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e, mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentação para o conceito de raça (CARNEIRO, 2023, p.20).

A partir desta perspectiva compreendemos que o racismo que persiste em nosso país, e no mundo inteiro compreende como grande paradigma a ser superado na contemporaneidade, necessitando de uma intensa luta coletiva para modificar as nossas estruturas, a naturalização deste fenômeno inviabiliza o desenvolvimento da justiça social; as discussões no âmbito político a respeito da equidade para os direitos humanos, o reconhecimento fatológico dos

processos históricos, são dimensões basilares para refletir sobre quais deveriam ser as prioridades, e motivações dos currículos escolares em nosso país.

Nestes termos é pertinente entender como as nossas estruturas sociais estão permeadas por um fenômeno naturalizado, que vem sendo discutido, problematizados pelos estudos étnicos raciais: o racismo estrutural ou também chamado de racismo institucional. Silvio Luiz de Almeida conceitua este conceito da seguinte maneira:

O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional (ALMEIDA, 2019, p. 31).

O referido autor compreende que a institucionalização do racismo nas estruturas sociais acontece porque a nossa sociedade é racista, logo, as pessoas que ocupam posições de poder tendem a reproduzir o preconceito racial historicamente constituído. Silvio de Almeida, chama atenção para o seguinte pensamento: a premissa anteriormente citada pode parecer lógica a priori, todavia, “...se há instituições cujos padrões de funcionamento redundam em regras que privilegiam determinados grupos raciais, é porque o racismo é parte da ordem social. Não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido” (ALMEIDA, 2019, p. 31).

O mesmo autor assinala algo que forja nossa problematização norteadora da pesquisa, no que se refere a “normalização” deste fenômeno em espaços de poderes políticos, escolares, na vida cotidiana de forma geral que se omitem do debate político de desnaturalizar narrativas preconceituosas, que geram silenciamentos, isolamentos, piadas deslocadas de uma compreensão da história constitutiva do nosso país impedem que caminhemos para uma sociedade mais justa, com menos desigualdades sociais, e o devido respeito a população negra.

Discursos conservadores nos dias atuais demonstram a tentativa de negar o preconceito racial em todos os âmbitos da sociedade, não poderíamos combater essa problemática simplesmente negando sua existência; não precisamos ir muito longe para perceber o quanto as estruturas sociais são arraigadas por essa lógica, como se o silenciamento do debate político racial por si só fosse capaz de superar esse paradigma de forma polida, sem existência de conflitos ou tensões. Para Sueli Carneiro trata-se de um mito racial, acreditar em um cenário tão otimista como alguns grupos sociais tendem acreditar.

Sob essa perspectiva Sueli Carneiro aponta o seguinte posicionamento:

O mito da democracia racial é uma dimensão específica do contrato racial brasileiro: ao sustentar a “grande narrativa” de harmonia, exerce uma função apaziguadora das tensões raciais e serve, assim, à hegemonia branca. Interessa especialmente à nossa autora mostrar que ao assumir o mito, parte importante da intelectualidade progressista e de esquerda acaba se eximindo de investigar “[...] os complexos mecanismos que vêm historicamente determinando o silêncio, a negação e a invisibilização da problemática racial”. A crítica permanece atual (CARNEIRO, 2023, p. 35).

Reconhecer o equívoco do mito racial sustentado por uma parte privilegiada da nossa sociedade, é estar do lado daqueles e daquelas que nos percursos históricos são vistos como marginalizados, escusos de um processo civilizatório perverso, no qual o pensamento conservador relativiza à exploração, normaliza a violência predatória, estabelece a lógica que as pessoas brancas e pretas em nossa sociedade brasileira estão em igualdade, inclusive com as mesmas oportunidades de emancipação social.

As instituições, como a polícia e o sistema judiciário, reproduzem padrões de discriminação racial, levando a uma maior criminalização da população preta. Os dados de segurança pública apresentam um panorama que nos leva a refletir sobre a racialização do sistema prisional no Brasil. Atualmente no Brasil a população reclusa da liberdade é de 663 mil pessoas, dados apurados pela BBC até o 1º semestre de 2024, demonstram que 48,3% do perfil dos encarcerados são pessoas pardas, e 15,6% se autodeclaram pretas, totalizando aproximadamente 64% dessa população; evidenciando que a continuidade as marcas coloniais, se faz bastante presente.

É importante ressaltar que a desproporcionalidade racial no sistema carcerário é um problema complexo que exige ações em diversas frentes. A superação dessa desigualdade depende do esforço conjunto de toda a sociedade.

4 CONSTRUINDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL TIRADENTES

Os estudos mais recentes na educação, especialmente no campo da didática, propõem ações atitudinais para mudanças do modelo de escola tradicional que perdura até os dias atuais. Isto significa mover os nossos estudantes da passividade em relação aos conteúdos ensinados por nós professores, estimulando a reflexão, o pensamento crítico e científico, refletir sobre as nossas relações em sociedade; apesar desses direcionamentos para ser consenso no campo progressista entre uma parcela de profissionais da educação, no dia-a-dia da escola se esbarra em inúmeros fatores que implicam na efetivação dos mesmos como: ausência de formação continuada, cobrança e pressão no alcance de metas e indicadores nas avaliações externas, desmotivação da classe docente, entre outros fatores. Neste sentido, temos um longo caminho para a superação do paradigma do ensino tradicional.

A Pandemia de coronavírus ocorrida em 2020, exigiu que as escolas, profissionais da educação de forma geral, modificarem as estratégias convencionais de ensino, uma vez que o modelo de ensino presencial naquele momento não era possível, sendo necessário “repensar” sobre diversas dimensões dos aspectos sociais que a educação integra. Dentro desse ponto de vista vale ressaltar que:

A escola foi desafiada a se questionar e construir outras maneiras de desenvolver os processos de ensino-aprendizagem. Não de modo superficial e de mera justaposição de diferentes abordagens, metodologias e estratégias, mas a partir de questões de sentido e relevância social tais como: qual o papel que a escola deve ter na sociedade atual? Com que conhecimentos deve interagir? Que impacto as tecnologias, especialmente as digitais, estão chamadas a ter na sua prática? Como ter presente as diferenças socioculturais em suas dinâmicas? Que formatos escolares devemos privilegiar? Que estratégias de ensino? Que cidadania deve promover? Somente enfrentando estas questões, consideramos que é possível reinventar a escola...(CANDAUI, 2022, p. 8).

Durante a Pandemia tivemos a oportunidade de superar as dimensões meramente técnicas da prática docente, inicialmente acolher, compreender as condições reais dos estudantes, mesmo que de forma remota seria imprescindível, posteriormente construir uma relação com o currículo escolar contextualizando as condições daquele momento: a crise no sistema de saúde, sinais evidentes que a natureza está passando por modificações bruscas, as dificuldades econômicas atravessadas mundialmente, o aprofundamento das desigualdade

social, entre outros fatores. É nosso papel enquanto educador estabelecer conexões com um mundo real.

Na motivação de “reinventar” o trabalho docente, assim como propõe Vera Maria Candau, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tiradentes, durante o ano de 2023, enquanto professor do componente de História, especificamente nas turmas de 7º anos. Nos primeiros meses de trabalho como professor, percebi que os estudantes reproduziam no ambiente escolar frases preconceituosas, discriminatórias, sem nenhum receio, na concepção de muitos estudantes não passa de uma mera “brincadeira”, inclusive de estudantes que possuem características de pessoas pardas e negras.

A partir desse contexto observado no chão da escola, nossa prática pedagógica esteve voltada a desnaturalizar o fenômeno do preconceito racial em sala de aula, possibilitar aos estudantes a capacidade de reflexão com o auxílio do pensamento histórico crítico, na tentativa de repensar as várias narrativas racistas que tem sua episteme vinculadas ao processo colonizador do século XVI.

A seguir descreveremos as ações mobilizadoras que na nossa concepção contribuiu para um caminho rumo a uma educação antiracista, rumo a construção de uma sociedade mais justa, que compreende melhor as assimetrias sociais a partir da compreensão da História numa perspectiva crítica, neste sentido, desenvolvemos as seguintes atividades em nosso campo de atuação: a) realização de aulas expositivas, dialogadas; b) roda de conversa; c) intervenção pedagógica alusiva ao mês da consciência negra.

a) aulas expositivas dialogadas

Reconhecemos que existe uma forte hegemonia da pedagogia tradicional no que tange o trabalho pedagógico nas instituições escolares em nosso país, as políticas, e as reformas educacionais mais recentes atribui a figura do(a) professor(a) como executor delas, sem a mínima participação democrática, isto significa reproduzir valores conservadores, prolongando por exemplo, o racismo institucionalmente presente na sociedade, desvinculando a educação dos princípios políticos.

Sobre a educação na perspectiva tradicional vale salientar que:

Do ponto de vista da Didática, privilegia-se o ensino frontal. Este concebe o professor como um transmissor de conhecimentos e a sala de aula é organizada com o professor ou professora na frente do quadro-negro, verde ou branco, as carteiras enfileiradas e se enfatiza a apresentação de modo expositivo dos chamados conteúdos que devem

ser ensinados, seguida de exercícios e atividades de reforço. Esta concepção é considerada configuradora da educação escolar na perspectiva da educação tradicional, corrente pedagógica que surge a partir do século XVI e persiste, com diferentes versões, até hoje (CANDAUI, 2022, p. 6).

Para realização da nossa prática pedagógica tentamos trabalhar os conteúdos do currículo escolar nos distanciando dessa abordagem técnica tradicional do ensino de História de memorizar datas, nomes de pessoas, ou fatos históricos, esses aspectos descritivos mantêm determinados valores conservadores, incluindo o racismo, contribuindo para a manutenção do *status quo* social. Refletir, problematizar, compreender as diferentes narrativas, concepções de mundo parece ser o caminho para perceber essas nuances numa dimensão crítica dos conhecimentos produzidos ao longo do tempo.

A seguir apresentarei os conteúdos do livro didático (Vicentino et al. 2018), trabalhados ao longo do ano de 2023, os quais dialogavam diretamente com a temática central do nosso trabalho, ou seja, o racismo passou a ser uma discussão matriz para compreender o contexto histórico.

Quadro 2 - Levantamento dos capítulos permeado pelo debate do racismo

Título do capítulo	Sequência dos capítulos
A Expansão Marítima europeia	capítulo 2º
América: povos, reinos e impérios antigos	capítulo 3º
O mercantilismo e a colonização da América	capítulo 7º
A administração na América portuguesa	capítulo 8º
As fronteiras na América portuguesa	capítulo 9º
Povos africanos e a conquista dos portugueses	capítulo 10º
Escravidão, tráfico e práticas de resistência	capítulo 11º
A produção açucareira na América portuguesa e outras atividades	capítulo 12º

A atividade mineradora e o dinamismo econômico e cultural	capítulo 13º
---	--------------

Fonte: VICENTINO et al. 2018; sistematizado pelo autor.

Conforme podemos observar os conteúdos programáticos por natureza facilitaram a transversalidade da discussão do racismo em sala de aula, partindo do processo de expansão marítima que originou o processo de colonização da América, passando pelo processo de escravização dos povos pretos, os movimentos históricos de resistência, as manifestações religiosas, e culturais, são algumas temáticas que foram dialogadas durante o ano letivo levando em consideração o fenômeno aqui estudado.

Para abordagem desses conteúdos nos apoiamos nos elementos precursores da pedagogia histórico-crítica, elaborada por Demerval Saviani, define da seguinte maneira essa proposta pedagógica:

Em outros termos, o que eu quero traduzir com a expressão pedagogia histórico-crítica é o empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo. Portanto, a concepção pressuposta nesta visão da pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana. No Brasil, esta corrente pedagógica firma-se, fundamentalmente, a partir de 1979 (SAVIANI, 2011, p. 76).

Para Saviani (2011, p. 8) “A neutralidade é impossível porque não existe conhecimento desinteressado. Não obstante todo conhecimento ser interessado, a objetividade é possível porque não é todo interesse que impede o conhecimento objetivo”. nesta mesma concepção os processos educativos por natureza são políticos, o trabalho docente é permeado de preferências pedagógicas, decisões metodológicas, até mesmo interesses pessoais, não havendo espaço para neutralidade. Em nossa prática docente tivemos um posicionamento bem delimitado, debater o racismo em sala de aula com um olhar compreensivo.

b) rodas de conversas

Em alguns momentos ao longo do ano letivo as discussões sobre o racismo surgiram em sala de aula mesmo que não tivesse estimulado, daí a necessidade de proporcionar um espaço um dialógico, para melhor compreensão do fenômeno aqui estudado. Certa vez um grupo de

estudantes questionou-me se teria visto nos noticiários os ataques racistas ao brasileiro, jogador de futebol, Vinicius Junior do Real Madrid; naquele momento compartilhei com a turma algumas impressões a respeito daquela indagação: aparentemente os estudantes tendem a compreender o significado do racismo só quando os casos repercutem de forma global, por toda comoção midiática internacional, do posicionamento oficial dos clubes de futebol, lideranças políticas, que assume um discurso contra o racismo; em contrapartida, os estudantes não reconhecem tal fenômeno quando proferem termos pejorativos que remetem ao preconceito racial.

A partir das impressões colocadas, os estudantes se olhavam uns para os outros, como se confirmassem a análise realizada anteriormente, ressaltando que existe uma tendência de se indignar com os preconceitos raciais de abrangência pelos processos midiáticos. “Heidegger acredita que o fenômeno não se mostra diretamente e, sim, se mantém velado frente ao que se mostra; ao mesmo tempo, mostra-se diretamente de modo a constituir o seu sentido” (SILVA et al., 2008, 255).

c) intervenção pedagógica

Essa atividade foi desenvolvida com o objetivo de estimular os estudantes a autonomia, o protagonismo diante das discussões étnico raciais discutidas ao longo do ano letivo, propus a realização de uma atividade alusiva ao mês da consciência negra, comemorado dia 20 de novembro, assim como em outras oportunidade colocarmos em prática o que determina a LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (BRASIL, 2003). Articular um currículo escolar que estabeleça compreensão histórica sobre as origens da população negra em nosso país, desvelando os preconceitos raciais em todas as instituições sociais, deve ser um compromisso de todos os educadores brasileiros.

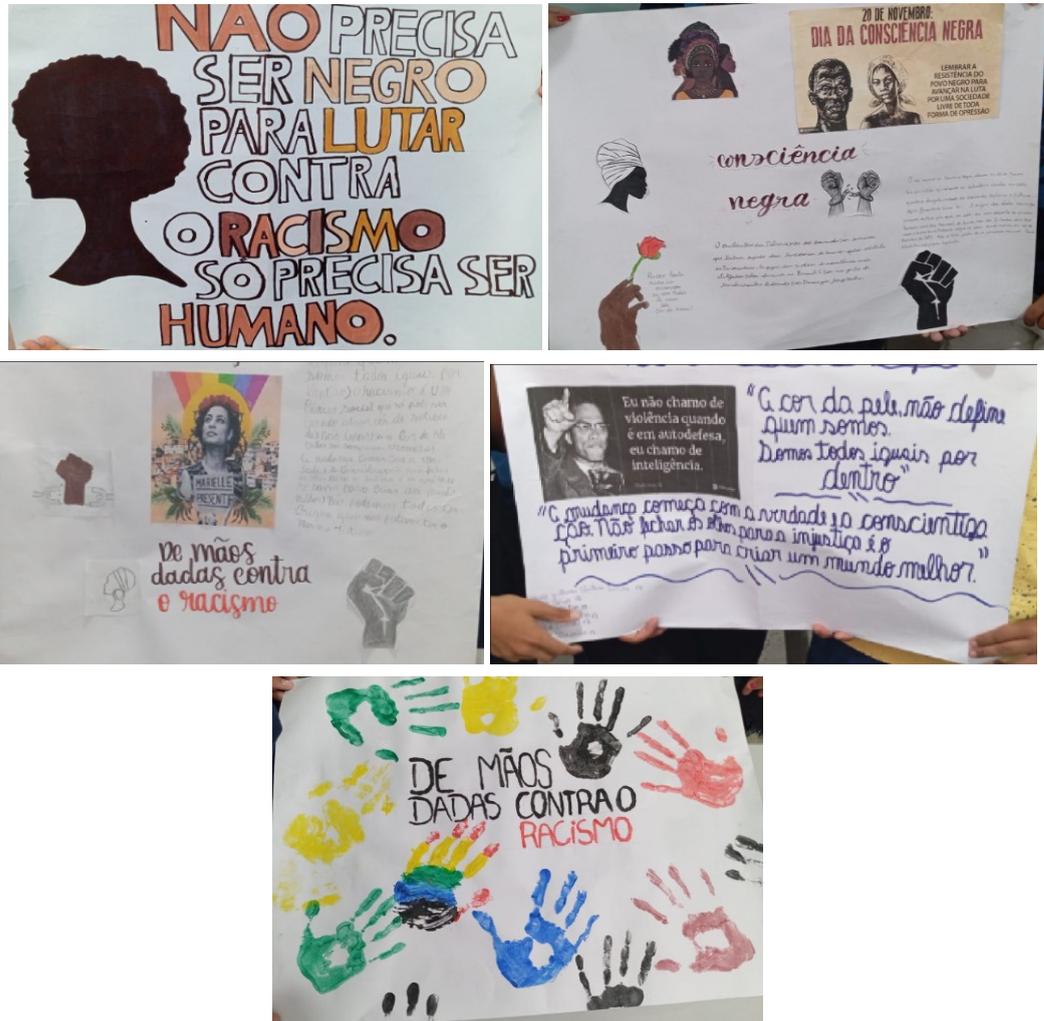
Diante de tantas adversidades em virtude da conclusão do ano letivo, conseguimos executar a proposta de atividade pedagógica em duas semanas, reservando aulas específicas para consumação conforme planejado de forma coletiva. Esta atividade contou com as seguintes etapas: 1º formação dos grupos; 2º escolha de personalidades pretas que tenha contribuído na luta étnico racial no Brasil ou no mundo, em alguns casos os estudantes solicitaram ajuda para definição; 3º produção de cartazes, onde eles poderiam desenhar, fazer colagens, etc, e 4º socialização, discussão e exposição dos cartazes pela escola.

Apesar de parecer uma simples intervenção, considerando o tempo que temos com as turmas semanalmente, entre tantas nuances que permeiam a educação básica, mas, considero também, de um grande potencial pedagógico; foi perceptível o engajamento de boa parte dos discentes, nos posicionamentos em sala de aula, nas conversas informais entre os próprios estudantes, em indagações que a princípio poderiam parecer simples; a soma desses fatores, na minha percepção, contribuiu para semear o pensamento antiracista entre os estudantes. Rocha (2003, p. 72), “É nesse sentido que a intervenção se articula à pesquisa para produzir uma outra relação entre instituição da formação/aplicação de conhecimentos, teoria/prática, sujeito/objeto, recusando-se a psicologizar conflitos”.

A intervenção pedagógica possibilitou que os estudantes pudessem aprender de forma introdutória, sobre as lutas de algumas personalidades pretas, que contribuíram para o movimento negro.

A seguir compartilho alguns registros dos cartazes resultado da intervenção pedagógica, produzidos pelos estudantes em alusão ao novembro negro, mês destinado a luta antiracista pelo mundo. Conforme mencionado anteriormente, cada grupo ficou responsável por trazer uma personalidade que contribuiu como o movimento negro, pesquisar e registrar de forma geral o histórico de vida dessas pessoas, além disso, alguns grupos formularam frases de ordem, ressaltando a importância do engajamento coletivo de toda comunidade escolar.

Imagem 2 - Cartazes produzido pelos estudantes do 7º ano a partir da intervenção pedagógica;



Fonte: registradas pelo autor, 2023.

Podemos observar a simplicidade, e ao mesmo tempo a potencialidade dessas produções que movimentaram a sala de aula, discutimos a importância de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência quilombola que liderou a luta contra a escravidão na época do Brasil colônia. Refletimos também, acerca de Mariele Franco, vereadora pelo Rio de Janeiro, defensora dos Direitos Humanos, vítima de um crime político em 2018. A história oficial muitas vezes omite ou minimiza as contribuições e os desafios enfrentados pelas pessoas negras. Ao estudarmos as vidas e as ações de personalidades negras, podemos ter uma visão mais abrangente e precisa dos eventos históricos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como objetivo central compreender como o fenômeno do racismo estrutural se mostra no contexto do processo ensino-aprendizagem no ensino fundamental e os direcionamentos que podem ser constituídos para o seu enfrentamento no chão da escola. Culminando nos seguintes objetivos específicos: a) apresentar as bases epistemológicas do racismo estrutural mediatizado pelo mito da democracia racial; b) Investigar na prática docente os traços demarcadores do racismo estrutural; c) Perceber as potencialidades das ações afirmativas que podem serem implementadas pela escola no combate ao racismo estrutural no processo ensino-aprendizagem na perspectiva da educação antirracista nas turmas do 7º ano do ensino fundamental.

A literatura requisitada nos demonstrou, que o mito da democracia racial é uma concepção formulada por setores conservadores hegemônicos para amenizar os conflitos raciais em nosso país, como se as pessoas brancas e pretas, tivessem em um mesmo nível de igualdade, as nossas heranças coloniais impossibilitam que esta premissa seja aceitável. Consideramos que o racismo institucional está em todos os ambientes sociais, porque a nossa sociedade foi constituída na naturalização deste comportamento, logo, somos formados socialmente para normalizar narrativas preconceituosas sem a compreensão histórica, sem nenhuma empatia, ou responsabilidade coletiva.

Em nossa sociedade podemos perceber uma dinâmica um tanto prejudicial no sentido de efetivação das leis, ou seja, existe a reivindicação para criação de um determinado marco normativo, e existe reivindicação para que o marco normativo seja colocado em prática. Esse cenário pode exemplificar o que vem ocorrendo com a LEI Nº 10.639 DE 09 DE JANEIRO DE 2003, uma das principais justificativas desta conjuntura se dá em decorrência de uma ausência de uma formação sólida nos cursos de licenciatura para abordar temas relacionados à história e cultura afro-brasileira, dificultando a implementação da lei.

Durante o ano letivo de 2023, nas turmas dos 7º anos, elaboramos um conjunto de ações, incluindo uma intervenção pedagógica alusiva ao combate ao preconceito racial no chão da sala de aula, com o objetivo de debater as origens do racismo, enfatizando a importância da luta e resistência do Movimento Negro a partir dos conteúdos do livro didático. Uma das percepções motivo de reflexão com a turma, é a capacidade de empatia que os estudantes possuem com os casos de racismo de maior visibilidade midiática, assim como o caso do jogador brasileiro,

Vinícius Júnior, essa mesma empatia não é recíproca a medida que reproduziam termos pejorativos entre eles.

Dentro de uma abrangência local, acredito que coletivamente construímos caminhos rumo uma educação antirracista, a partir de contextualização histórica, proporcionamos espaços de diálogo visando estimular a reflexão, como o preconceito racial é prejudicial na nossa formação humana, além de socializarmos sobre algumas personalidades negras ressaltando contribuição das pessoas negras para a ciência, a arte, a cultura e a sociedade como um todo é imensa e merece ser reconhecida.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Gonzalez. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: **Vozes**, 2011.
- ALMEIDA, Sílvio, Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; **Pólen**, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais).
- BRAGA, Osmar. Rufino. Educação e convivência com o Semi-árido: uma introdução aos fundamentos do trabalho político-educativo no Semi-árido Brasileiro. *In*: KÜSTER, Ângela; MATTOS, B. H. O. de M. (Orgs.). **Educação no contexto do Semi-árido Brasileiro**. Fortaleza: Konrad Adenauer Stiftung, 2004. p. [25-44].
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 14, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: [04/10/2024].
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Planalto*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SEB, 2004. Disponível em: <https://www.fbbva.es/diccionario/removido/> Acesso em: [04/10/2024].
- BRASIL. Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6872.htm. Acesso em: [04/10/2024].
- CANDAU, Vera. Maria. Ferrão. *Didática hoje: entre o "normal", o híbrido e a reinvenção*. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 40, n. 3, p. 01-14, jul./set. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/85552/51248>. ¹ Acesso em: [05/07/2023].
- CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ. Marli, Eliza, Dalmazo, Afonso. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas, São Paulo, EPU, 1986.

GIL, ANTONIO CARLOS. Como elaborar projetos de pesquisa. [s.l.] São Paulo Atlas, 2002.
MARTINS, J.; BOEMER, M.R.; FERRAZ, CA. A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa: algumas considerações. *Rev. Esc. Enf. USP*, São Paulo, 24(1):139-147, abr. 1990.

HOOKS, Bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/monteiro.html>. Acesso em: 13/09/2024.

MARTINS, Joel; BOEMER, Magali. Roseira; FERRAZ, Clarice. Aparecida. *A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa: algumas considerações*. **Rev. Esc. Enf. USP**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 139-147, abr. 1990.

MORI, Letícia. 96% homens, 48% pardos, 30% sem julgamento: o perfil dos presos no Brasil. In: BBC 17 out. 2024. Disponível em: [\[https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0k4nmd3e2xo\]](https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0k4nmd3e2xo). Acesso em: 09 de janeiro 2025.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**. São Paulo, v. 19, n. 1, jun. 2007.

ROCHA, M. L. DA ; AGUIAR, K. F. DE .. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 23, n. 4, p. 64–73, dez. 2003.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. *Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas*. Chapecó: Argos, 2013. 159 p. (Didáticos, 6).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, Jovânia, Marques, de Oliveira.; LOPES, Regina. Lúcia. Mendoça; DINIZ, Nórnelia, Maria, Freire. Fenomenologia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 61, n. 2, p. 254–257, mar. 2008.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **7º ano: Ensino Fundamental-Anos Finais**. 1º ed. São Paulo-SP, Ática, 2018.

ANEXO



Prefeitura Municipal de Monteiro
Secretaria Municipal de Educação

Declaração

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Tiradentes, por meio de sua gestão, declara ter pleno conhecimento da pesquisa intitulada: "**SEMEAR CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM OLHAR COMPREENSIVO SOBRE O FENÔMENO DO RACISMO NO ENSINO FUNDAMENTAL EM MONTEIRO-PB**", desenvolvida nas dependências desta instituição, no período de em março de 2023 a abril de 2024.

A pesquisa foi conduzida por **Danilo de Souza Farias**, docente da instituição pelo mesmo período mencionado anteriormente. A pesquisa teve por objetivo refletir sobre o preconceito racial no ambiente escolar, e as possibilidades de intervenção pedagógica em sala de aula.

A instituição escolar manifesta seu apoio à iniciativa, reconhecendo a importância da pesquisa, pois está comprometida em promover a igualdade racial e o combate ao racismo.

A presente declaração é emitida para fins de comprovação junto à Universidade Federal de Campina Grande, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (UFCG-CDSA).

21, de fevereiro de 2025.


Gestora Escolar